

NOTAS SOBRE ESTRATÉGIA, TÁTICA E MUDANÇAS NA POLÍTICA NO PT

Mario Grabois *

1- Apresentação

O objetivo dessas notas é investigar, em caráter introdutório, a relação entre as elaborações expressas em documentos e resoluções do partido e textos de alguns autores sobre a formulação da estratégia política geral do PT e sua articulação com a tática, partindo da hipótese de que a crise de quebra de expectativas do governo Lula pode ser explicada por essa problemática.

Na abordagem da questão, utilizo os conceitos de estratégia e tática do modo como a teoria e a tradição marxista os utilizam: a estratégia¹ como a teoria que vai informar o objetivo final de uma determinada etapa histórica da luta de classes, e a tática como a conduta e orientação política do partido à cada conjuntura concreta, subordinada à proposição estratégia.

Inicialmente, traço um quadro, em linhas gerais, das avaliações e descrições de alguns importantes autores sobre as mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores e do governo Lula e procuro apontar as principais vertentes explicativas sobre as razões e motivos destas mudanças.

2- Sobre concepções e mudanças de concepções

A vitória da coalizão de partidos que levou Lula ao Planalto em 2002 se deu sob o signo da oposição aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e sua extensa política de reformas neoliberais perpetradas nos oito anos de mandato. O programa vitorioso apontava, pelo menos formalmente, para o enfrentamento das políticas neoliberais, mas como se sabe, não foi o que ocorreu. Ao contrário, diferentemente de outros governos latino-americanos eleitos com a mesma promessa de enfrentamento do neoliberalismo e que, em parte, as estão cumprindo, o governo Lula aprofundou algumas dessas medidas, não reverteu nenhuma das chamadas reformas de mercado

¹ Para definições de estratégia a partir de uma concepção marxista, HARNECKER, M. *Venezuela – Una revolución sui generis* e TOVAR, L. *Crítica ao programa socialista para o Brasil (PSB)*.

e seguiu com as privatizações, ainda que em um ritmo menor do que o governo anterior.

Marta Harnacker, ao analisar os processos de resistência ao neoliberalismo por governos oposicionistas eleitos na América Latina, compara a situação da Venezuela com a do Brasil:

Aunque Lula gana en Brasil aún con más apoyo electoral que el de Chávez en 1998, no hay que olvidar que estos resultados fueron producto de una amplia política de alianzas, necesaria para ganar en las urnas, alianza que se hace aún más necesaria para poder gobernar el país. Hay que recordar que su partido, el Partido de los Trabajadores, es minoría en ambas cámaras del poder legislativo y que, aunque controla un número importante de alcaldías y significativos gobiernos de estado, también es minoría en los órganos locales. A esto hay que agregar Brasil depende en mucho mayor medida del capital financiero internacional que Venezuela con su petróleo.²

Harnacker realça a maior dependência do Brasil em relação ao capital financeiro internacional como um fator de fraqueza se comparada a maior independência da Venezuela; independência proporcionada pelos lucros que obtém com os negócios do petróleo, o que, se por um lado é verdade, por outro não chega a ser uma novidade para os analistas e muito menos para os dirigentes do PT, pois se trata da estrutura de dependência ao qual o país está submetido e que determina a política econômica do governo Lula.

A observação de Carlos Nelson Coutinho de que no PT, nos últimos anos, “o socialismo era cada vez mais apresentado como o ideal ético para melhorar o capitalismo e progressivamente foi chegando, pelo menos na maioria, no chamado campo majoritário, à idéia de que o mercado e o capitalismo são insuperáveis”³ descreve um processo que teria ocorrido com os dirigentes da corrente hegemônica mas que envolve o partido inteiro como uma instituição. Para o PT, tratava-se agora de, no máximo, agir para melhorar as condições de vida sob o capitalismo, “de introduzir um pouco mais de justiça social”⁴ com o abandono de uma concepção socialista e a aceitação pragmática da inevitabilidade do capitalismo, ou no mínimo, de

² HARNECKER, M. *Venezuela- Una revolución sui géneris*: 63

³ COUTINHO, C. *O PT está perdendo a identidade*.

⁴ COUTINHO, C. *O PT está perdendo a identidade*.

que a estratégia de enfrentamento do neoliberalismo, expressão atual do capitalismo, não estaria na ordem do dia da maneira como ocorre com as tentativas feitas pelos governos da Venezuela, da Argentina e da Bolívia e, mais recentemente, Equador.

Francisco Oliveira ao descrever o que seria o contexto da desestruturação social, econômica e política da América Latina a partir da submissão aos ditames do capital, segue uma linha não apenas de criticar possíveis mudanças de pensamento e de concepções programáticas, mas introduz a idéia de rendição:

“O caso brasileiro ilustra isso à saciedade: como o governo Lula que prometia ser transformador, rendeu-se aos compromissos: não há oposição política, nem sequer oposição dos setores econômicos, quaisquer que sejam”.⁵

A mudança de programa e de compromissos é vista sob um prisma que extrapola a circunstância de que no final das contas é possível um dirigente político mudar suas concepções ou até mesmo aceitar as posições do adversário de ontem. A rendição seria o abandono dos compromissos históricos expressos na campanha presidencial de 2002 e não executados, e pior, teriam sido trocados pelas propostas tão combatidas no passado, numa espécie de aceitação de que quase nada pode ser feito no contexto de desestruturação social e política da América Latina após a *avassaladora* onda neoliberal. Nada mais restaria a não ser a *“administração das políticas de funcionalização da pobreza”*.⁶ A rendição implica na desistência ou na impossibilidade da luta diante da perspectiva incontestável da vitória do inimigo.

Mas, creio, a questão vai mais além das promessas não cumpridas. O governo Lula, e aí também diferentemente de seus pares latino-americanos não procurou superar a mesmice nos métodos administrativos, não fortaleceu as entidades dos trabalhadores e do povo, nem promoveu incentivos à participação direta. Esses seriam fatores fundamentais para o avanço democrático do país e para a construção de uma consistente base organizada de apoio popular que viesse a convergir, juntamente com o governo, na construção de uma poderosa força social, e que não fosse usada apenas como massa eleitoral.

⁵ OLIVEIRA, F. *Há vias abertas para a América Latina?:* 116

⁶ Idem: 116

Talvez a resposta possa estar na constatação de Lincoln Penna que, ao analisar o governo Lula, iluminou uma das características que mais chama atenção pela carga de contradição que encerra: o comportamento *meramente convencional* do PT como método de governar:

“Por outro lado, é igualmente revelador que este governo, constituído como se encontra e de posse de uma visão meramente convencional de ação governamental, é impotente para dar conta à sociedade em face das demandas que se superpuseram ao longo dos últimos anos e que produziu o fenómeno de uma eleição que, pela primeira vez, eleva à condição de primeiro cidadão um homem do povo e sem qualquer vínculo parental com as classes dominantes”.⁷

A impotência do governo acabou sobressaindo-se diante destes modos convencionais de governar. E neste caso, também, ao confrontarmos Lula com outros governos do continente, verificaremos significativas diferenças. Em relação às possibilidades de reversão de algumas reformas de mercado, o governo agiu de maneira igualmente convencional ao não procurar alargar espaços que se apresentaram possíveis, mesmo nos limites do atual estado democrático.

2.1 – Duas vertentes

Nesta seção resenho os argumentos de dois autores que, de certo modo, sintetizam vertentes interpretativas polares a respeito da quebra de expectativas do governo Lula. Refiro-me a Ricardo Antunes e a José Luiz Werneck Viana.

Ricardo Antunes que não alimenta esperanças em um segundo mandato, define o governo Lula como *desertificação social-liberal* e sintetiza a trajetória do partido e as ações praticadas no primeiro mandato, que estariam na contramão do esperado, de acordo com os programas ditos históricos:

“O PT parece completar seu ciclo e chegar à maioria política: nascido no seio das lutas sociais, sindicais e da esquerda do final dos anos 70, o jovem partido surgia, então, sob o signo da recusa, tanto do “socialismo real”, quanto da social-democracia, sem migrar para o capitalismo. Sua vitalidade decorria do forte vínculo com as forças sociais do trabalho. (...) O PT sofreu essa tempestade, nos anos 1990, oscilando entre a resistência ao desmonte e a aceitação da política da

⁷PENNA, L.. *A presidência Lula – Passos e tropeços*: 37

*moderação. Lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, mas aumentava sua sujeição aos calendários eleitorais, atuando cada vez mais no leito da institucionalidade. De partido contra a ordem foi se metamorfoseando em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de Lula em 1994 e 1998 intensificaram seu transformismo, enquanto o Brasil também se modificava profundamente”.*⁸

O que soa deste tipo de análise é, além da cobrança pela desistência de um programa que se julgava ajustado à prática política petista até o início do primeiro mandato, a frustração que colheu muitos grupos de intelectuais, inúmeros movimentos sociais organizados, segmentos em geral da sociedade e parte do próprio PT que acabou expulsa e fundou o PSOL. O autor lamenta o abandono das idéias socialistas que teria ocorrido a partir do início dos anos 90, quando a ofensiva capitalista deixou o partido oscilando entre a resistência à política de desmonte neoliberal e a aceitação da política de moderação, ou seja, o PT se transforma em *partido de dentro da ordem* passando por um processo chamado por Antunes de *transformismo*, que acaba por culminar com uma espécie de social-democratização de suas fileiras. Para Antunes, portanto, o PT se transforma, deixa de ser alguma coisa que havia sido até então, deixa de ser combativo e socialista para virar *social-liberal*.

Antunes ao lado de outros autores⁹ interpreta como mudança e até mesmo ruptura, os acontecimentos verificados com o PT e, em grande parte, a explicação converge para um processo no qual o partido transita de concepções de caráter socialista para concepções de caráter social-democrata; transita de um partido de viés revolucionário para partido da ordem; converge do partido que se dizia da oposição extremada ao capitalismo para partido acomodado à inevitabilidade do capital.

Num outro sentido, Werneck Vianna traça a trajetória do Partido dos Trabalhadores a partir de outros elementos teórico-analíticos.¹⁰ O PT teria sua origem em frações da classe operária sem vínculos com o passado de lutas de comunistas e trabalhistas, e surgidas a partir do novo mercado brasileiro que se constituiu ao longo

⁸ ANTUNES, R. *O segundo governo Lula e a desertificação neoliberal*.

⁹ No tocante às mudanças políticas e programáticas pelas quais o partido teria passado ao longo dos anos (Oliveira, 2005 e Almeida, 2004); em relação às políticas econômica, financeira e políticas públicas praticadas pelo governo (Antunes, 2006 e Duarte, 2003)

¹⁰ Para alguns autores desta outra vertente: MAZZEO, A. *Sinfonia inacabada – A política dos comunistas no Brasil*; MOURTHÉ, A., *Defender a cidadania e reconstruir a nacionalidade*; BOITO Jr., A., *Neoliberalismo e relações de classe no Brasil*.

dos anos 70, sob o impacto da ditadura militar. O PT teria nascido *de costas para o Estado* e valorizando uma concepção de que *a vida privada traz em si a possibilidade de uma melhor sociedade*¹¹. Ao comentar as posições do partido quando da votação da Reforma da Previdência, em 2003, Vianna identifica na posição defendida pelos petistas, não uma ruptura com uma possível posição anteriormente diferente, mas uma concepção prevalecente desde o início do partido:

“É assim desde o começo. Esses homens chegam ao mundo contestando a legislação trabalhista, procurando relações puras de mercado. O novo sindicalismo que nasce no ABC, que toma forma lá por 1978-1979, é isso. Lula foi capaz de dizer em 1977 que o AI-5 dos trabalhadores era a CLT.¹² Uma incompreensão profunda de que as liberdades e as instituições democráticas é o que importavam e não a vida de mercado que ele visualizava. Liberar o mercado de trabalho do controle da CLT porque os metalúrgicos queriam livre movimentação. Essa fabulação, de que a vida privada traz em si a possibilidade da melhor sociedade, tem sido a predominante no PT e ficou camuflada durante muito tempo pela presença de outras forças, como a igreja, a ‘intelligentsia’ e os setores que vinham das lutas radicais dos anos 70. Mas com a vitória e os sucessivos ajustes que se foram fazendo o que temos aqui é a concepção originária: mercado. Uma versão ainda mais radicalizada do projeto do PSDB.”¹³

A origem do PT aparece como vinculada a uma dimensão que ele define como sendo o *mercado* e a hegemonia exercida sobre o conjunto do partido como pertencente ao que seria o setor operário.

A *concepção de mercado* é dominante, mas, pela atuação das outras forças presentes no partido, muitas vezes teria ficado camuflada ou oculta. Vianna, portanto, parte do pressuposto de que o PT não mudou ao chegar à Presidência, de que não abandonou um programa histórico, antes, ao contrário, permaneceu coerente com as suas origens e com as suas reais tradições. Estas, sim, dissimuladas por um discurso e

¹¹ VIANNA, L. *Conflitos são de um partido que nasceu para o mercado*.

¹² Sobre a questão da CLT como um paradigma da incompreensão petista do papel do estado brasileiro na promoção e na defesa de direitos e garantias trabalhistas, vale citar a declaração de Mário Pedrosa, socialista e um dos fundadores do PT: O proletariado atual, tal como se apresenta de norte a sul do país, não tem direitos próprios. *Mal chegou a ter certas garantias de autonomia sindical que a CLT controla, corta e rebaixa.* (grifos meus) PEDROSA, M. A missão do PT: 374.

¹³ VIANNA, L. *Conflitos são de um partido que nasceu para o mercado*.

por práticas de outros setores não operários, que, embora integrados ao partido, de modo algum poderiam ser considerados os setores principais ou dominantes.

Temos portanto, em síntese, duas vertentes interpretativas, a que sustenta que o PT atravessou um processo que o transformou e a que defende que o PT, definido por suas origens, tem sido o que é, apesar da aparência em contrário.¹⁴

É possível, por outro lado, avaliar que, independente de uma ou outra vertente interpretativa, as forças políticas hegemônicas do PT promoveram uma revisão em muitos pontos programáticos e adotaram novas propostas algumas vezes instaladas no governo. E mais do que isso, souberam montar, no segundo turno da eleição presidencial do ano passado, um discurso antineoliberal, antiprivatista e de defesa de um vago projeto nacional, democrático e popular que possibilitou agregar novamente uma ampla frente político-eleitoral que acabou por levar, outra vez, Lula à vitória.

3- Estratégia e tática

Apresentei uma síntese dos argumentos de Antunes e Werneck Viana no afã de tentar compreender algumas práticas e posições petistas postas em curso no primeiro mandato; chamei a atenção para a posição de dependência do país que produz o *enfraquecimento* do governo, segundo considerações de Marta Harnecker; para a postura dominante no PT quanto à *aceitação* da inevitabilidade do capitalismo, segundo Carlos Nelson Coutinho; para a *rendição* do governo, na visão de Francisco de Oliveira e para o *convencionalismo* e a *impotência*, na análise de Lincoln Penna. Em seguida, apresentei duas importantes vertentes que procuram explicar o processo do PT, uma que propõe que houve grave mudança de posições (Antunes) e outra que informa uma coerência do partido com seu passado (Werneck Viana).

Na discussão sobre estratégia e tática investigo, em linhas gerais, alguns dos fatores que, avalio, determinam muitas destas práticas atuais do partido e do governo Lula, no sentido de que a aparente transformação não significa, na realidade, uma ruptura com o seu passado mas, ao contrário, é coerente com esse passado e, naturalmente, explicado por ele.

3.1- Principismo e taticismo

Desde a sua fundação o Partido dos Trabalhadores teve que conciliar diferentes posicionamentos políticos e múltiplas visões estratégicas e programáticas defendidas pelos grupos, organizações e círculos que aderiram ao partido.¹⁵ O ponto inicial de unidade de todas essas tendências era a idéia de rejeição tanto dos partidos comunistas ditos tradicionais, como da social-democracia (Garcia, 1991; 10); os fundadores do partido estavam imbuídos do espírito de recriar o socialismo.

Os chamados documentos fundacionais do PT¹⁶ são ambíguos se procuramos por uma definição mais rigorosa e exata de proposição ou fim estratégico.

Na tese de Santo André-Lins, um dos primeiros documentos, ao lado da denúncia dos limites da abertura da ditadura alinha-se uma crítica ao MDB, que possuiria uma *composição heterogênea* e não poderia garantir a independência dos trabalhadores. No entanto, nesse mesmo documento, as bandeiras políticas concretas colocadas na ordem do dia são as mesmas que estavam sendo debatidas pelo MDB e o conjunto da oposição popular e democrática. Diz o documento:

*“Crentes que já é hora de o trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira, como a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembléia Constituinte, democrática, livre e soberana, e reforma agrária e a liberdade partidária”.*¹⁷

¹⁴ A abordagem de Vianna pode ser tratada, também, como a elucidação de uma visão de mundo do PT. Esse fato, contudo, não altera as análises sobre as mudanças de idéias, programas políticos e práticas concretas do PT ao longo dos últimos anos.

¹⁵ Em *História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*, Antonio Ozai da Silva identifica pelo menos 12 agrupamentos nos primeiros anos da agremiação, entre uma série de outros pequenos grupos e círculos: a articulação dos 113 – formado em sua maioria por sindicalistas e que dará origem ao grupo *articulação* dos dias de hoje; uma dissidência petista do PCB; Movimento pela Emancipação do Proletariado - MEP; Ala Vermelha; Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista – DS; Partido Revolucionário Comunista - PRC, frações da antiga APML e as organizações trotskistas Libelu/OSI; Causa Operária; Convergência Socialista e grupos Posadistas.

¹⁶ *Tese de “Santo André-Lins”, Carta de Princípios, Declaração Política e Manifesto do Partido.*

¹⁷ *Tese de Santo André-Lins.*

Na questão tática fundamental daquele momento de luta contra a ditadura, portanto, o PT não se diferenciava do conjunto da oposição brasileira e do próprio MDB, e limitava-se a uma crítica genérica ao caráter frentista dessa agremiação.

Na *Carta de Princípios*, datada de 1º de maio de 1979, embora se perceba na leitura atenta do texto uma dificuldade dos organizadores do PT para encontrar os pontos comuns que permitissem afunilar uma concepção final – que agradasse as inúmeras tendências e grupos internos - observa-se uma preocupação em clarear a meta final da luta dos trabalhadores, ainda que falte exatidão nas colocações. O texto acaba por definir, genericamente e com uma indisfarçável inspiração trotskista, que o PT *buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.*¹⁸

Mesmo no Manifesto de fundação do partido, o objetivo final é vago quando afirma que o PT *buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja exploradores e explorados.*¹⁹

As definições primeiras do PT parecem oscilar, então, entre um impreciso socialismo, declarações de compromissos com a democracia e tentativas de relacionar democracia e socialismo, este, um dos temas recorrente em muitos documentos. Mas, quais as conseqüências que derivaram deste quadro? As indefinições estratégicas, resultado da impossibilidade das tendências em compor suas divergentes posições políticas, não podem durar para sempre, sob pena do partido cair num impasse. Encontrar um ponto de coesão programático e uma linha política unitária de ação passa a ser vital neste ambiente de contínuas divergências.

Na medida em que a questão central – a formulação da estratégia geral do partido - não tem como ser resolvida pelo instrumental político adequado nem pelo caminho do embate entre frações mas de todo modo precisa ser equacionada, ela acaba resolvida não pelo mecanismo da síntese dialética, mas por uma solução que não ataca verdadeiramente a questão, antes a contorna e a dissimula, terminando por conduzir o partido a cair num desvio: o *principismo*, isto é, a *unidade* que se forma não

¹⁸ *Carta de Princípios.*

¹⁹ *Manifesto.*

em torno da adesão coletiva e consciente à estratégia, mas, sim, pela coesão possível em torno de *princípios políticos gerais de esquerda* nos estreitos limites da atividade propagandística. Essa unidade se objetiva em práticas como a recusa em se fazer acordos ou em participar de alianças políticas e partidárias em nome, justamente, da *defesa dos princípios* e não em função dos elementos analítico-teóricos e político-programáticos proporcionados por uma estratégia claramente definida.

Ao analisar a política dos comunistas e da esquerda no período da transição democrática no Brasil, Antonio Carlos Mazzeo identificou o *taticismo* do PT, que se expressou nas eleições de 1982, exatamente como a recusa do partido em participar de alianças políticas fora do escopo partidário, a partir, justamente, de um *principismo* que não conseguia compreender a importância da unidade e do real papel que os trabalhadores poderiam cumprir na disputa pela hegemonia da frente oposicionista com os outros setores democráticos que lutavam contra a ditadura. O *principismo* não aceitava participar na frente oposicionista, não aceitava negociar, não queria se misturar.

Mazzeo aponta a dimensão morfológica do PT – isto é, a formação do partido, que junta o *espontaneísmo* dos setores operários que estão à frente da fundação do PT e negam a tradição comunista e trabalhista; o *voluntarismo* de certas organizações de esquerda e as posições da *igreja progressista* – como responsável pela prática *principista* que se desdobra no *taticismo* que, naquele momento histórico, *em última instância, configura-se como oportunismo político, na medida em que subordina à tática eleitoral sua ação política mais ampla.*²⁰

O *taticismo* do PT, portanto, é uma prática política própria gerada pelo *principismo*. Na medida em que o *principismo* acaba por ocupar o lugar que caberia a estratégia como fonte de orientação para a intervenção na conjuntura – e, portanto, para a formulação da conduta tática do partido – uma verdadeira tática subordinada a uma verdadeira estratégia torna-se impossível de ser executada.

A resposta mais uma vez se dá por um desvio que é o *taticismo*, que não se estabelece como abstração, mas, sim, exatamente, como resposta à necessidade de tornar coeso o partido na prática e para a prática.

²⁰ MAZZEO, A. *Sinfonia Inacabada – a política dos comunistas no Brasil*: 172-173

Desse modo, o *taticismo* submete a política mais geral do partido à questão eleitoral como uma forma de compensar as limitações que existem para que a coesão seja proporcionada pelo elemento estratégico. A coesão partidária é alcançada através do isolamento eleitoral, a unidade das facções e tendências se faz pela negação de qualquer perspectiva de alianças com outras forças partidárias.

Muito embora o PT afirmasse que a participação no processo eleitoral não era o centro da prática política petista (Sarti, 2006:132), pode-se considerar exatamente a política eleitoral o elemento que está na base desse exclusivismo e dessa recusa às composições.

Em resumo, o *taticismo* é o resultado do *principismo*, determinado diretamente pela necessidade de um ponto de coesão das tendências e facções no interior do partido e acaba por mascarar a indefinição estratégica e, na linha apontada por Werneck Vanna, camufla as verdadeiras concepções partidárias.

A discussão sobre facções e tendências organizadas é uma questão que sempre esteve vinculada às políticas de organização dos partidos marxistas-leninistas, social-democratas e de esquerda em geral. É possível, no caso do PT, interpretar esta condição formativa a partir de duas fortes influências que estão na origem do partido: os grupos trotskistas que defendem um partido de tendências e facções e os grupos da Igreja e de sindicalistas influenciados pela social-democracia, que julga que um partido de esquerda deve expressar o pluralismo da sociedade burguesa.²¹

O tema é complexo e comporta muitos aprofundamentos, mas, nos limites desse artigo, meu propósito é apenas registrar algumas linhas que marcam a trajetória e as práticas do partido, das quais faço pequeno resumo:

²¹ Ao tratar da questão do fracionismo, Gramsci se refere aos partidos social-democratas para criticar sua organização por tendências: La centralización y la cohesión del Partido exigen que no existan en su seno grupos organizados que asuman carácter de fracción. Un partido bolchevique se diferencia por ello profundamente de *los partidos socialdemócratas, que comprenden una gran variedad de grupos y en los cuales la lucha de fracciones es la forma normal de elaboración de las directivas políticas y de selección de grupos dirigentes*(grifos nossos) GRAMSCI, A. *La situación italiana y las tareas del P.C.I.*

(1) por ser um partido de facções e tendências, o PT teve – e tem - que negociar a acomodação dos grupos internos em um caminho que leva à falta de precisão e a diluição das posições e outras vezes, ao contrário, conduz a abrangência excessiva e a contradição de posições conflitantes, onde freqüentemente é preciso indagar *de que PT se fala* (Sarti, 2006: 134).

(2) a condição de ter encontrado o seu ponto de coesão interna na questão eleitoral, depois de sucessivas adaptações e ajustes ao longo dos anos, pode tornar o PT *um partido de massas como os outros, que renuncia a qualquer critério de leitura seletiva da sociedade e registra acriticamente a existência de diversos interesses, limitando-se a uma mediação política empírica compatível com os limites do sistema, reduzindo assim a política a uma técnica de poder.*²²

(3) desde o início, o discurso socialista, a definição das bandeiras de luta contra a ditadura e, depois, os programas de resistência ao neoliberalismo não conseguiram ocultar o caráter *taticista* exacerbado que, aliás, é o que pode ajudar a explicar o abandono, a transformação das concepções e a rendição do governo Lula, quando esse mesmo *taticismo* acaba impondo-se e desmascara as limitações e o *convencionalismo* do discurso socialista e de oposição às reformas neoliberais.

3.2- A estratégia não realizada

No artigo *“O professor Florestan” e as lições que o PT esqueceu*, Marcos Marques de Oliveira cita Florestan Fernandes e a crítica que ele fazia à ausência de um claro programa que conseguisse galvanizar os trabalhadores:

“Sua crítica à falta de um programa que galvanizasse o respectivo partido como núcleo político da classe trabalhadora, devido às ambigüidades provocadas pelas correntes mais intelectualistas e as tendências cristã e social-democrata, não impediu que ele ouvisse o apelo de amigos e setores da sociedade civil organizada (inclusive de membros de outras agremiações) e enfrentasse essa empreitada –

²² TOSEL, A. *Hegemonia e Pluralismo: A elaboração teórico-política do marxismo italiano*: 91-92 – Nesse texto, Tosel analisa os caminhos do PCI quando da polêmica travada pelos comunistas italianos no ambiente do eurocomunismo. O autor temia, então – e nessa citação ele explicita esse temor - que o partido italiano pudesse abandonar sua estrutura político-ideológica e se transformar num partido *como os outros*.

que se tornava ainda mais desafiante se levamos em conta os problemas de saúde que o atormentava.²³

A debilidade que o sociólogo registra está no contexto da intensa polêmica que sempre marcou os militantes e dirigentes partidários e as áreas de influência do PT nos movimentos sociais e na academia a respeito do tipo de socialismo pretendido pela agremiação.

Do socialismo difuso e genérico dos anos iniciais, o partido, então, avançou e acabou por definir, ainda que em bases imprecisas, uma proposição estratégica para o Brasil, lançando, em 1987, um programa democrático-popular e a proposta de formação do governo democrático-popular, concepção que foi alterada, em parte, para a proposição de 1999, de uma *Revolução Democrática para a construção de um Brasil justo, livre e solidário*.

Registre-se que o passado de pouco aprofundamento do socialismo e da *sociedade pretendida* é reconhecido pelo próprio PT no documento *O socialismo petista*, resolução do 7º Encontro Nacional, em 1990, no qual o partido tenta esclarecer o que entende por socialismo:

“Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa, mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT”.²⁴ (grifos meus)

Ao procurar aprofundar sua visão socialista e conceber mais claramente uma estratégia, o PT acabou por fazer um duplo movimento: por um lado procurou sintetizar democracia e socialismo, e para isso se utilizou de concepções próximas as do eurocomunismo em voga nos anos 70 e, por outro lado, fez um movimento de recuo em relação ao possível compromisso com o socialismo ao colocar como instrumento de mudança a proposta do governo democrático-popular, curiosamente a mesma idéia que o Partido Comunista Brasileiro-PCB defendia para o país nos anos 50 e 60 (Carone, 1982: 176), por conta de sua estratégia de revolução em duas etapas.

²³ Oliveira, M. *O “professor Florestan” e as lições que o PT esqueceu*.

²⁴ *O socialismo petista*: 528

No entanto, diferentemente da proposta do velho PCB que, independente de seu acertos ou erros, apoiava-se no instrumental teórico-analítico marxista e em interpretações da sociedade e da história do Brasil, a proposta do PT aparece no momento de realização da campanha eleitoral, comprovando, mais uma vez, a submissão da política mais ampla à tática eleitoral, conforme defendido em 1989, no texto *O momento atual e as nossas tarefas*:

*“O PT e a Frente Brasil Popular são os principais instrumentos de desenvolvimento do eixo tático central dos trabalhadores na conjuntura. O Programa de Governo Democrático-Popular e o próprio Governo Democrático-Popular, que constituem instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual, na ordem do governo, podem, entretanto, vir a abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder. A disputa presidencial está no centro da disputa política, o que torna a campanha presidencial do PT, com Lula à frente, o eixo principal em torno do qual se desenvolverão as atividades do Partido”.*²⁵

Marco Aurélio Garcia, no artigo *Terceira Via: a social-democracia e o PT*, constata a similaridade dessa proposta com a dos comunistas ao afirmar que “A acumulação de forças e o programa-democrático popular chamavam a atenção para o fato de que o socialismo não era o objetivo imediato do partido (...) Até aí, porém, o PT não se diferenciava dos partidos comunistas, por exemplo”.²⁶

No mesmo artigo, Garcia procura esmiuçar a relação entre democracia e socialismo e recorre ao instrumental herdado dos debates nos anos 70, inclusive recorrendo à famosa fórmula de Carlos Nelson Coutinho. Afirma Garcia: “A democracia política é um fim em si mesmo. Um valor estratégico e permanente. Se esta tese é social-democrata, paciência, sejamos social-democratas”.²⁷

O próprio PT em muitos de seus documentos oficiais usa e abusa da idéia de que a democracia é estratégica, um valor universal, etc. Mas como o próprio Garcia reconhece, tomando a frase por um viés social-democrata e não em sua relação dialética profunda com o socialismo, diante da possibilidade de conquista do poder do

²⁵ *O Momento atual e as nossas tarefas*: 5

²⁶ GARCIA, M. *Terceira Via: a social-democracia e o PT*: 12

²⁷ *Idem*: 13

Estado²⁸ pela *via democrática*, poder esse apoiado na construção de uma verdadeira democracia de massas que supere os limites da democracia liberal.

A fórmula que o PT vai encontrar para tentar transpor, em parte, o impasse metodológico na definição sobre o caráter socialista da revolução é a de *socialismo processual* (Garcia, 1991: 10), isto é, um socialismo *original* que definiria o seu conteúdo específico na dinâmica social.

Já a polémica sobre o socialismo do PT e o seu chamado processo de *social-democratização* (Almeida, 2004; Antunes, 2006; Coutinho, 2004 e outros) deve ser vista com reservas, uma vez que um dos motivos das imprecisões e indefinições estratégicas que verificamos nas leituras dos documentos petistas é justamente o contraste entre as declarações peremptórias formais contra a social-democracia e um conteúdo geral efetivamente muito mais de caráter social-democrata do que de socialismo *revolucionário*, por exemplo. Um dos pontos que podemos considerar que reforçam este entendimento do perfil social-democrata do PT é a verificação do modo como sua concepção geral de partido aproxima-se da concepção do Partido Social Democrata Alemão, após as mudanças do Congresso de Bad-Godsberg, conforme a explicação de Basmánov e Leibzón, ao comentar a estrutura geral do PSDA:

*“En el programa, el partido se define como comunidad de personas com disitntos criterios y concepciones, o sea, hablando en términos más exactos, el program dice que la socialdemocracia tiene sus raíces en la ética cristiana, en el humanismo, en la filosofía clásica etc.”.*²⁹

As formulações caminham em várias direções. De um lado define-se uma estratégia democrático-popular e também se fala em revolução democrática, portanto um caminho não socialista, pelo menos em uma primeira etapa; por outro lado, tenta-se definir o socialismo do PT, ou seja, procura-se clarear uma estratégia socialista, e, além dessas duas alternativas, permanece o debate sobre se o PT seria social-democrata desde o início ou se teria se transformado com o tempo.

²⁸ O PT procura sempre esclarecer que com Lula chegou ao governo o que *não se confunde com o poder* – Vide várias resoluções, em particular 5º Encontro Nacional, resumido em *Sinopses dos Encontros e Congressos do PT*.

²⁹ BASMÁNOV, M. e LEIBZÓN, B. *Vanguardia revolucionaria. Problemas de la Lucha ideológica*: 103.

Contudo, mesmo em documentos extensos e detalhados como as *Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*, de 1999, que lançou o *Programa da Revolução Democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário* e que serviu de base para o programa de 2002, entre as inúmeras resoluções e posicionamentos para atuação e atividades partidárias, a questão chave que desponta por sua centralidade não é a definição rigorosa dos objetivos finais, mas, sim a preparação do partido para as disputas eleitorais, no caso, para derrotar nas eleições de 2000 o governo FHC:

“É necessário fazer com que as eleições municipais de 2000 assumam um papel de plebiscito sobre o governo e sua política econômica (...) As eleições municipais de 2000 e as de 2002 oferecerão extraordinária oportunidade para derrotar FHC e fortalecer a alternativa popular. Uma vitória esmagadora das oposições precipitará a crise do governo e deixará mais claro para a sociedade a necessidade e possibilidade de um novo governo. (Resoluções do II Congresso, 1999: 20 e 21).

O extenso programa que esta resolução apresentava de fato estava coerente, em parte – no caso, a parte *democrática* - com seu título de revolução democrática, uma vez que se tratava de uma série de medidas a serem promovidas ainda nos marcos de uma democracia burguesa *avançada*. Mas, o fundamental, que seria a formulação tática da como se arregimentar politicamente o país para a possibilidade concreta da conquista do poder pela *via democrática*, em se tratando de uma Revolução Democrática, não se explicita nas *Resoluções*. Fica-se com a sensação de que a expressão Revolução Democrática é usada mais como título de propaganda do que idéia efetiva.

4- Considerações finais

A tentativa de buscar um eixo explicativo para a quebra de expectativas do governo Lula a partir da formação histórica do PT tem por objetivo uma linha de pesquisa que não leve em conta, centralmente, a percepção de que o PT mudou, de que abandonou seu programa, de que aderiu ao neoliberalismo etc.

Ao dado conjuntural, ocasional, a quebra de expectativas do primeiro governo Lula, é preciso, como dizia Gramsci, relacionar o dado orgânico. Nesse sentido, julgo ser possível avançar na linha de que o governo Lula é consequência e resultado das

práticas, das concepções e do espírito de um PT de sempre, e não de um que se transforma abruptamente no poder. O PT que toma posse em 2002 chega sem uma concepção definida e rigorosa de socialismo e do governo que pretendia realizar; apresenta a estratégia de modo ambíguo variando entre o conceito de *governo democrático-popular*, de uma difusa *revolução democrática* e de uma imprecisa relação entre *democracia e socialismo*, ao mesmo tempo em que fica a dúvida sobre se o PT que rejeitava a *social-democracia* agora a aceita.

Em resumo, não apresenta uma estratégia clara que oriente um processo de transformação social, pois a trajetória do partido é marcada pelo *principismo* e o *taticismo*, e não pela alternativa de construção conjunta com outras forças políticas e partidárias de uma verdadeira *via democrática* para a conquista do poder, ou como muitos preferem, de um *projeto nacional*.

Por isso, como bem disse Penna (2006), o governo Lula é *convencional*, governa respondendo à agenda conjuntural, imediata, nos limites da democracia liberal.

Oxalá o segundo governo Lula possa nos reservar melhores surpresas.

Bibliografia:

ALMEIDA, Paulo Roberto. *A longa marcha do PT para a social-democracia*. Achegas nº 15, jan./fev. 2004.

ANTUNES, Ricardo. *O segundo governo Lula e a desertificação social-liberal no Brasil*. www.resistir.info, 05/12/2006.

BASMÁNOV, M. e LEIBZÓN, B. Vanguardia revolucionaria. Problemas de la Lucha ideológica. Moscou: Editorial Progreso, 1978.

CARONE, Edgar. O PCB – 1943-1964/Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O PT está perdendo a identidade*. A Tarde, 8 de fevereiro de 2004.

_____. A democracia como valor universal. Encontros com a civilização Brasileira, nº 9, 1979: 33-46.

GARCIA, Marco Aurélio. *Terceira Via: a social-democracia e o PT*. Portal da FPA-Opinião (www2.fpa.org.br/portal), nº 12, 1990, postado em 30/12/1990.

GRAMSCI, A. *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y el estado moderno*. www.gramsci.org.ar.

_____. *La situación italiana y las tareas del P.C.I.* Marxist Internet Archive, 2001.

GUIMARÃES, M. *Não somos tontos, adverte Kirchner*. O Estado de São Paulo, 23/3/2006

HARNECKER, Marta. *Venezuela- Una revolución sui géneris*. Espanha: El Viejo Topo, s/d. (a partir de www.rebellion.org.br)

LENIN, V.I. *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*. São Paulo: Livramento, s/d.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada – A política do comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. *Há via abertas para a América Latina?*. In: BORON, Atilio A. (org.) *Nova Hegemonia Mundial – Alternativa de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2004: 111-118.

OLIVEIRA, Marcos Marques. *O “professor Florestan” e as lições que o PT esqueceu*. *Achegas* n° 22, mar./abril 2005.

Partido dos Trabalhadores. *O socialismo petista*. In: Löwy, Michael (org.). *O marxismo na América Latina – Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, 2ª ed.: 526-533.

Partido dos Trabalhadores. *Tese de “Santo André-Lins”, Carta de Princípios, Declaração Política, Manifesto do Partido, O momento atual e nossas tarefas, Resoluções políticas, Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores, Sinopses dos Encontros e Congressos do PT* www.pt.org.br e www.fpabramo.org.br.

PEDROSA, M. *A missão do PT*. In: MAUÉS, Flamorian e ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.). *Pela democracia, contra o arbítrio – A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006: 373-375.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O neoliberalismo e o governo Lula*. In: *A presidência Lula – Passos e tropeços*. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2006.

SARTI, Ingrid. *Da outra margem do rio – Os partidos políticos em busca da utopia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2006.

SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Dag Gráfica E editorial, s/d, 2ª ed.

TOSEL, André. *Hegemonia e pluralismo, a elaboração teórico-política do marxismo italiano*. Encontros com a Civilização Brasileira, no 13, julho de 1979: 77-96

TOVAR, Luis Antonio. Crítica ao “Programa Socialista para o Brasil”. *Brasil Socialista*, no 2, 1975: 70-99.

VIANNA, Luiz Werneck. *Conflitos são de um partido que nasceu para o mercado*. (Entrevista para Jamil Nakad Junior). *Valor Econômico*, 15 de julho de 2003.

Palavras-chaves

Governo Lula – PT - socialismo – democracia - estratégia e tática – *principismo - taticismo*

Resumo

O artigo investiga a relação da crise de quebra de expectativas do primeiro governo Lula com a histórica indefinição estratégica do Partido dos Trabalhadores e os desvios *principistas e taticistas* do partido, apresentados como alguns dos fatores que contribuíram para determinar essa situação.

* Mario Grabois é jornalista e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do IFCS/UFRJ.